

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009

1

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009	Emendas
		EMENDA Nº 1 - CAS Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009, a seguinte redação: “Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a fim de instituir medida de apoio a pessoa com deficiência na área da assistência social e de atualizar a terminologia utilizada para designar os destinatários da norma.”
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:	
Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.	“Art. 2º	
Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:	Parágrafo único.	
V - na área das edificações: a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.		
	VI – na área da assistência social:	

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009

2

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009	Emendas
	a) a criação de centros de convivência para pessoas portadoras de deficiência com dezoito anos de idade ou mais, com funcionamento em dias úteis e horário integral diurno, e oferta de vagas compatível com a demanda local. (NR)”	EMENDA Nº 2 - CAS Substitua-se, na redação dada à alínea “a” do inciso VI da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009, a expressão “portadoras de deficiência” pela locução “ com deficiência ”.
Ementa Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência , sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.		EMENDA Nº 3 - CAS Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009, o seguinte art. 2º, renumerando-se a cláusula de vigência: “Art. 2º Substitua-se na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, onde couber, a expressão “pessoa portadora de deficiência” pela terminologia “ pessoa com deficiência ”, com as flexões de número necessárias, bem como o termo “portadores de deficiência” pela locução “ com deficiência .”
Art. 1º, caput Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências , e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.		
Art. 1º, § 2º § 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.		

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009

3

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009	Emendas
Art. 2º, caput Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às peçoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.		
Art. 2º, parágrafo único, I, d d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência ;		
Art. 2º, parágrafo único, I, e e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;		
Art. 2º, parágrafo único, I, f f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de peçoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;		
Art. 2º, parágrafo único, II, d d) a garantia de acesso das peçoas portadoras de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;		
Art. 2º, parágrafo único, II, f f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as peçoas portadoras de deficiência , desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social;		

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009

4

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009	Emendas
Art. 2º, parágrafo único, III, b b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às peçoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;		
Art. 2º, parágrafo único, III, c c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de peçoas portadoras de deficiência ;		
Art. 2º, parágrafo único, III, d d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das peçoas portadoras de deficiência , nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das peçoas portadoras de deficiência ;		
Art. 2º, parágrafo único, IV, b b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das peçoas portadoras de deficiências ;		
Art. 2º, parágrafo único, IV, c c) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a peçoas portadoras de deficiência ;		
Art. 2º, parágrafo único, V, a a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às peçoas portadoras de deficiência , permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.		

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009

5

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009	Emendas
Art. 3º, caput Art. 3º As ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das peessoas portadoras de deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal; por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das peessoas portadoras de deficiência .		
Art. 8º, IV IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à pessoa portadora de deficiência ;		
Art. 9º, caput Art. 9º A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às peessoas portadoras de deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.		
Art. 9º, § 1º § 1º Os assuntos a que alude este artigo serão objeto de ação, coordenada e integrada, dos órgãos da Administração Pública Federal, e incluir-se-ão em Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência , na qual estejam compreendidos planos, programas e projetos sujeitos a prazos e objetivos determinados.		

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009

6

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009	Emendas
Art. 10, caput Art. 10. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas referentes a peçoas portadoras de deficiência caberá à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.		
Art. 10, parágrafo único Parágrafo único. Ao órgão a que se refere este artigo caberá formular a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência , seus planos, programas e projetos e cumprir as instruções superiores que lhes digam respeito, com a cooperação dos demais órgãos públicos.		
Art. 12, I I - coordenar as ações governamentais e medidas que se refiram às peçoas portadoras de deficiência ;		
Art. 12, II II - elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência , bem como propor as providências necessárias a sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e as de caráter legislativo;		
Art. 12, IV IV - manifestar-se sobre a adequação à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;		
Art. 12, V V - manter, com os Estados, Municípios, Territórios, o Distrito Federal, e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das peçoas portadoras de deficiência ;		

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009

7

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009	Emendas
Art. 12, VII VII - emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência ;		
Art. 12, VIII VIII - promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa portadora de deficiência , visando à conscientização da sociedade.		
Art. 12, parágrafo único Parágrafo único. Na elaboração dos planos, programas e projetos a seu cargo, deverá a Corde recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidades interessadas, bem como considerar a necessidade de efetivo apoio aos entes particulares voltados para a integração social das peçoas portadoras de deficiência .		
Art. 13, § 1º § 1º A composição e o funcionamento do Conselho Consultivo da Corde serão disciplinados em ato do Poder Executivo. Incluir-se-ão no Conselho representantes de órgãos e de organizações ligados aos assuntos pertinentes à pessoa portadora de deficiência , bem como representante do Ministério Público Federal.		
Art. 13, § 2º, I I - opinar sobre o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência ;		

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009

8

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009	Emendas
Art. 15 Art. 15. Para atendimento e fiel cumprimento do que dispõe esta Lei, será reestruturada a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, e serão instituídos, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência e Assistência Social, órgão encarregados da coordenação setorial dos assuntos concernentes às peessoas portadoras de deficiência .		
Art. 17 Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subseqüentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência , objetivando o conhecimento atualizado do número de peessoas portadoras de deficiência no País.		
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	